

# Poder econômico é denunciado

A Frente Brasiliense de Ética Partidária, formada por 16 partidos do DF, apresenta hoje ao TRE a Carta Política de Brasília, requerendo a distribuição igualitária do horário gratuito do rádio e da televisão, a proibição de pesquisas eleitorais no DF, e mais a apuração pela Procuradoria da Justiça Eleitoral, do "abuso ostensivo do poder econômico nas campanhas do PMDB e PFL".

A Carta aponta 13 candidatos destes partidos que acusados de estarem abusando do poder econômico em suas campanhas, pedindo, inclusive, que seja instaurado inquérito para apurar os gastos dos candidatos do PMDB, Lindberg Aziz Cury, Meira Filho, Pompeu de Souza, Francisco Carneiro, Zamor Magalhães e Joselito Correa. No PFL, são citados, Osório Adriano, Antônio Vênancio, Jofran Frejat, Walmir Campelo, Maria de

Lourdes Abadia, Eurides Brito e Heitor Reis.

## Frente

A Frente formada pelo PDC, PDT, PDS, PTB, PRP, PN, PMB, PL, PMN, PMC, PPB, PCN, PJ, PSC, PND e PSB — foi criada, ontem, durante uma reunião de representantes destes partidos. Eles consideram que a união é necessária, pois a campanha no DF vem acontecendo com "a influência do poder econômico e das pressões da máquina administrativa".

A proibição de pesquisas eleitorais no DF, de acordo com a advogada da Nova Entidade, Clésia Pinho Pires, está diretamente ligada à estas influências: "As pesquisas que vêm sendo realizadas contrariam a legislação eleitoral e os seus resultados são nitidamente manipulados, com o objetivo de influenciar os eleitores".

A argumentação está baseada nos princípios constitucionais de igualdade de oportunidade para todos. Os partidos acreditam que estes princípios estão sendo violentados "com a distribuição desigual do horário gratuito onde o PMDB e PFL dispõem de mais de 50 por cento do mesmo". As pesquisas, acrescentam os 16 partidos na Carta de Brasília, "são claramente pré-fabricadas, feitas com o intuito exclusivo de favorecer os candidatos mais poderosos financeiramente".

## Comissão

Ainda com o intuito de defender os interesses comuns da frente, os partidos pretendem formar um único grupo de fiscalização das eleições e da apuração dos votos. Entendem que é fundamental a criação desta comissão unificada, pois deverão ocorrer alguns incidentes durante o pleito e a apuração.